

Idéias

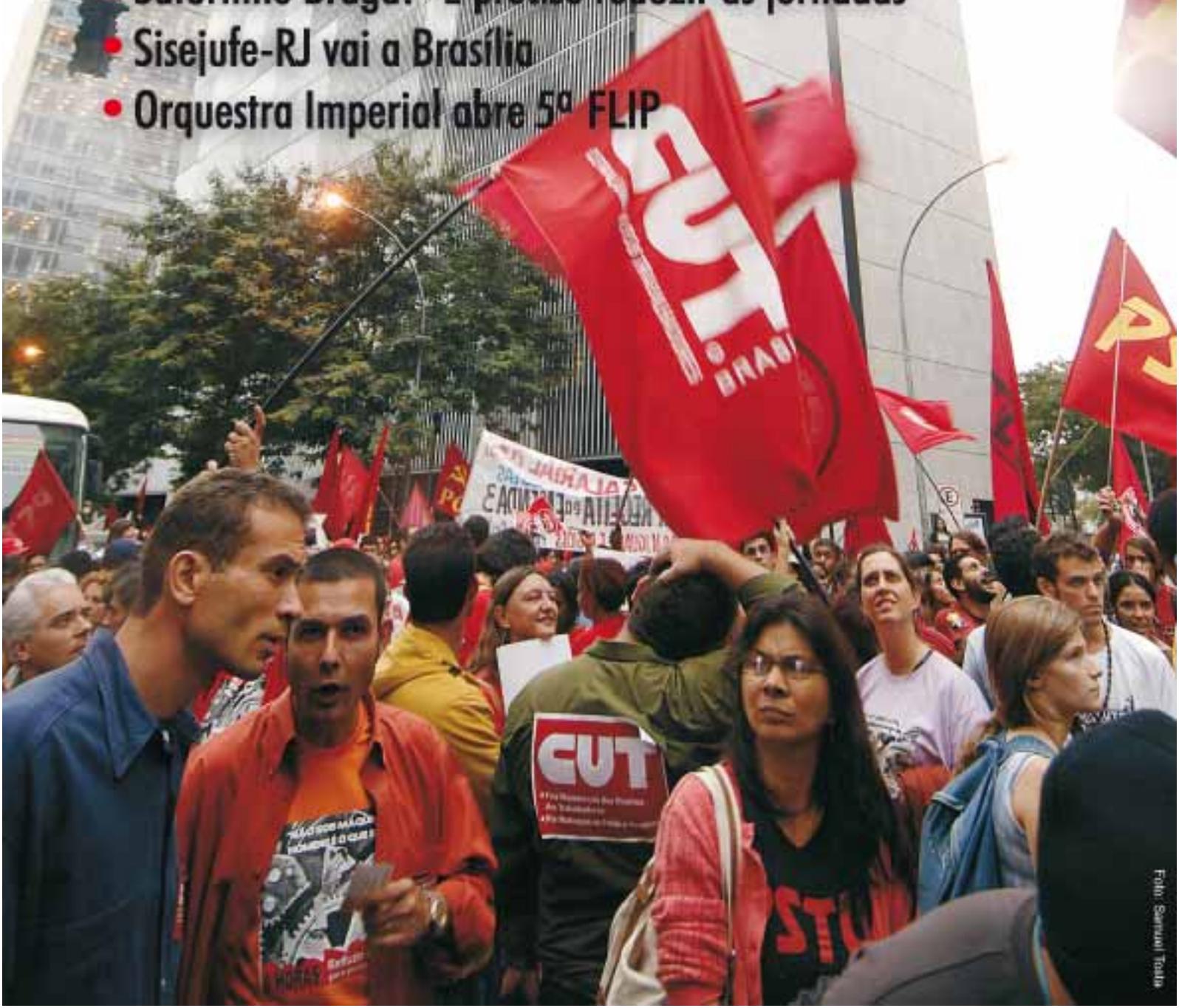
EM REVISTA

Revista mensal do Sindicato dos Servidores
das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO II nº 12 Junho de 2007

4 de Julho

Dia Nacional de Lutas

- Saturnino Braga: "É preciso reduzir as jornadas"
- Sisejufe-RJ vai a Brasília
- Orquestra Imperial abre 5ª FLIP



OPERAÇÃO

Cartuns



OPERAÇÃO CUTELO



Editorial

O Sisejufe-RJ vive dias de intensificação do trabalho sindical, com a liberação do diretor Roberto Ponciano, que tem visitado o interior. **Página 4**

**Sindicais**

Diretores do Sisejufe-RJ estiveram no TCU e no Ministério da Justiça, em Brasília. **Página 5**

Categoria

Emendas ao PL 319, que podem garantir redistribuição entre tribunais, descansam sobre a mesa de Rodrigo Maia (DEM/RJ). **Página 6**

**Impunidade**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do ex-senador José Jorge, tenta ampliar foro privilegiado. **página 7**

Jornada de 6 horas

Saiba, em reportagem de Max Leone, por que a carga horária elevada aumenta as licenças médicas e os distúrbios de humor, como a depressão, afetam a metade dos que se afastam do trabalho. **Páginas 8 e 9**

**Dicas Culturais**

Bianca Rocha fez o roteiro da página "O que que há?". Confira. **Página 10**

Opinião

Para o servidor federal Eudes Magalhães Júnior, já deveríamos estar discutindo uma jornada de trabalho de 4 horas. **Página 11**

**TSE**

Ministro Marco Aurélio de Mello resiste em assinar a regulamentação conjunta do PCS. **Página 12**

**Nacional**

Operações Navalha e Xequê-Mate, da Polícia Federal, colocam a classe política, novamente, sob suspeita de corrupção. **Página 13**

Mídia

Nem na ditadura houve um jornalismo tão centralizado quanto o praticado hoje pela TV Globo. Detalhes na reportagem de Marcelo Salles. **Páginas 14 e 15**

Um ano de Idéias

Nesta 12ª edição, nossa revista é cada vez mais um veículo claramente posicionado e que dialoga com a toda a sociedade, para além da categoria dos servidores das Justiças Federais. **Página Central**

Debate

O ex-senador Saturnino Braga deu palestra no Sisejufe-RJ no início de junho e analisou o mundo do trabalho. **Páginas 18 e 19**

Direito de Greve

O Ministério do Planejamento rejeitou proposta da AGU que restringia o direito de greve. Mas a batalha ainda não está vencida. **Página 20**

Mobilização

Novo Dia Nacional de Lutas é 4 de julho, em Brasília. **Página 21**

Mulheres

Em agosto, acontece a 2ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. **Página 22**

MST

O maior congresso da história do Movimento dos Sem-Terra amplia a agenda política e propõe alianças estratégicas com outros movimentos. **Página 23**

Nossa História

Frei Betto lembra os 40 anos do assassinato de Che Guevara. **Páginas 24 e 25**

Internacional

Muitos países já cancelaram concessões públicas de rádio e TV. Por que só o caso da RCTV, da Venezuela, mereceu a ira da mídia brasileira? **Página 26**

Cinema

Novo documentário de Michael Moore expõe as mazelas do sistema de saúde dos EUA. **Página 27**

Fausto Wolff

"Escombros" é o trecho inédito do livro Olympia, que será lançado em agosto pela Editora Leitura. **Páginas 28 e 29**

Humor

Fulgêncio consultou sua numeróloga, mudou de nome, e nos conta histórias de suas amigas Radicália Secretária e Rosa Lilás. **Página 30**

Vivemos dias de intensificação do trabalho sindical do Sisejufe-RJ. Junho é o primeiro mês que iniciamos com a liberação de um diretor sindical, sem ônus para a Administração – o débito do salário do servidor é repassado ao Tribunal Regional Federal através de compensação de consignações. O servidor liberado é o presidente do Sisejufe-RJ Roberto Ponciano, da Justiça Federal de primeira instância.

Com a liberação, o dirigente têm visitado as varas e zonas eleitorais do interior, intensificando a mobilização da categoria e aproximando-a cada vez mais do sindicato. Nos próximos meses, o sindicato vai tirar do papel a campanha de sindicalização e a eleição de delegados de base para representar o Sisejufe-RJ no interior do estado. Também será mais fácil para a categoria no interior reivindicar, sugerir, reclamar, denunciar e solicitar convênios. Em agosto há a possibilidade de que outro diretor seja liberado, o que vai acelerar ainda mais o processo de organização sindical.

Em junho, o Sisejufe-RJ também esteve em Brasília, cobrando celeridade no TCU e levando reivindicações ao Ministério da Justiça. No Rio, apoiamos o movimento dos magistrados contra a PEC 358, que tenta ampliar o foro privilegiado. A proposta foi resuscitada no Congresso depois das últimas operações da Polícia Federal e, segundo a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), é uma iniciativa anti-republicana, elitista e supressora da competência dos juizes de primeira instância.

Nesta edição, dois temas são tratados com especial atenção. O primeiro é a continuidade da campanha pela Jornada de 6 horas, com uma reportagem, uma colaboração enviada por um leitor e a reprodução de uma palestra do ex-senador Saturnino Braga, realizada no Sisejufe-RJ. O segundo assunto é o estabelecimento do novo Dia Nacional de Lutas, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 5 de julho, caravanas de todo o país estarão em Brasília na luta pela manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores. Boa leitura!



SISEJUFE

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejuferj.org.br

Filiado à FENAJUFE e à CUT

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Márcio Hungerbühler, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves.

IDÉIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (Mtb 3953/RS) – Max Leone (Mtb 18.091)

PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO: Claudio Camillo (Mtb 20.478) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff

ASSESSORIA POLÍTICA – Márcia Bauer

CONSELHO EDITORIAL – Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer.

IMPRESSÃO: PALAVRAS PINTADAS Editora e Gráfica Ltda. (6.500 exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2,5 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial.

Direção do Sisejufe vai ao TCU e ao Ministério da Justiça

fotos: SISEJUFÉ-RJ



TCU: Ludmyla, Nilton Pinheiro, o ministro Bemquerer e Valter Nogueira Alves

No dia 11 de junho, os diretores Valter Nogueira Alves e Nilton Pinheiro, acompanhados da advogada Ludmyla Souza, foram recebidos em Brasília pelo ministro do TCU Marcos Bemquerer, relator da denúncia que pede a anulação da Resolução nº 4, de 2007, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Esta resolução extingue várias especialidades da Carreira de Técnico Judiciário e autoriza sua terceirização. As carreiras afetadas são as de Operador de Computadores, Carpintaria e Marcenaria, Artes Gráficas, Telecomunicações e Eletricidade, Mecânica, Programador, e Transporte e Segurança.

No encontro, os diretores informaram ao ministro sobre a proibição da extinção das referidas especialidades no novo Plano de Cargos e Salários (PCS) da categoria. Após demonstrar a violação a várias regras constitucionais e infraconstitucionais, envolvendo a obrigatoriedade de concurso público, a regra de competência legislativa para extinção de cargos, a Lei nº 11.416/2006, o Decreto nº 2.271/1997 e a Súmula 97 do TCU, o sindicato pediu a celeridade no julgamento do caso.

De acordo com o ministro Bemquerer, tão logo a denúncia chegue a seu gabinete ele fará a análise dos fundamentos descritos e decidirá sobre a questão.

Ministério da Justiça

Também em 11 de junho, os diretores do Sisejufe, acompanhados dos coordenadores da Fenajufe Cláudio Azevedo e Lúcia Bernardes, trataram de várias questões de interesses dos agentes de segurança do Judiciário Federal, em reuniões no Ministério da Justiça.

No encontro com o assessor especial da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça, Robson Robin, foram discutidas as

resoluções que regulamentam o porte de armas pelos agentes de segurança, a formação e a qualificação para o desempenho de suas atividades. Para o Sisejufe-RJ, o Ministério da Justiça poderia uniformizar os procedimentos que permitem o controle do uso de armas por parte dos agentes de segurança, no âmbito dos tribunais. A falta de uniformização está causando dificuldades para os servidores, tendo em vista que cada órgão do Poder Judiciário adota um procedimento diferente.

Os dirigentes sindicais se comprometeram a apresentar à Senasp um relatório explicando todos os problemas ocorridos nos tribunais referentes à falta de regulamentação uniforme do porte de armas. Segundo Robin, a questão seria levada diretamente ao gabinete do ministro Tarso Genro, tendo em vista que foi o próprio ministro quem solicitou ao assessor a audiência com o Sisejufe-RJ. Para o assessor, não há dúvida das competências dos tribunais em emitir os portes de armas. Ele reconhece, contudo, a necessidade de o Executivo regulamentar os procedimentos para haja uma padronização nacional e controle efetivo, até pelos próprios tribunais. ■

*Da Redação.



No ministério: os diretores do Sisejufe com Lúcia, Robin e Cláudio Azevedo

Projeto de Lei pode garantir redistribuição entre tribunais

Arte de Claudio Carmilo sobre foto Divulgação Congresso Nacional



Maia: relator do projeto na Comissão de Trabalho da Câmara ainda não tem parecer

Max Leone*

Descansam sobre a mesa do deputado federal Rodrigo Maia (DEM/RJ) as duas emendas ao Projeto de Lei 319/07 apresentadas pelo também deputado Laerte Bessa (PMDB/DF) à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Uma das proposições garante a redistribuição dos servidores entre os tribunais em caso de haver interesse em permutas. A outra se refere, especificamente, aos oficiais de justiça do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O PL traz de volta alguns itens vetados durante a regulamentação da Lei 11.416/07, que implantou o Plano de Cargos e Salários (PCS) da categoria.

As emendas foram apresentadas no dia 9 de abril por Bessa, um dia antes do término do prazo regimen-

tal para parlamentares proporem modificações. Rodrigo Maia é o relator do projeto na comissão, mas ainda não encaminhou parecer sobre o assunto. Sem a manifestação do deputado do DEM, o PL 319 não poderá tramitar. O projeto deverá ser analisado pelas comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Se for aprovado sem alteração na CCJC vai direto para análise do Senado. Como tem caráter terminativo, só iria à votação no plenário da Câmara se houvesse requerimento com esse teor.

No dia 25 de maio, os presidentes dos tribunais superiores aprovaram o texto regulamentando os quatro itens da Lei 11.416/07, referentes à remoção, capacitação, ingresso e enquadramento e critério para ocupação de funções comissionadas. Na ocasião, os presidentes dos tribunais referendaram a emenda negociada com a Fenajufe, que trata da possibilidade de redistribuição entre os tribunais, para garantir que a remoção ocorra entre todos os órgãos do Poder Judiciário da União, a partir da concepção de quadro inserido numa carreira nacional. Os debates sobre o tema tiveram início na Comissão Interdisciplinar do STF, formada em 2004.

A proposta, no entanto, não foi totalmente aceita pelos representantes dos tribunais, que limitaram ao âmbito de cada justiça. A mobilização à época foi forte para que nenhum órgão fosse excluído. O objetivo era manter a redação original apresentada do projeto, uma vez que a redação final excluiu os servidores do STF, STJ, TJDFT e CNJ da remoção. Também impossibilitava de ocorrer remoção entre órgãos de Justiças diversas. ■

* Da Redação.

Redistribuição

A Fenajufe apresentou a proposta da redistribuição, que foi debatida com os diretores-gerais e resultou numa sugestão de emenda que será apresentada ao PL nº 319/2007, que tramita na Câmara dos Deputados. O artigo 5º da emenda permitirá a remoção recíproca, que trata da redistribuição entre dois servidores interessados em trocar de órgão, independente de serem da mesma justiça especializada.

Proposta tramita na Câmara para ampliar foro privilegiado

foto: VALTER CAMPANATO/ABR

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) mobilizou magistrados de todo o país, no dia 1º de junho, num ato nacional contra a PEC 358/2005, que amplia o foro privilegiado. No Rio de Janeiro, o ato ocorreu no auditório da Justiça Federal, da Avenida Venezuela, e reuniu cerca de 30 pessoas entre juizes, advogados, servidores públicos federais e políticos. O Sisejufe-RJ esteve representado pelos diretores Roberto Ponciano, Valter Nogueira Alves e Ricardo de Azevedo Soares.

A PEC 358/2005 é de autoria do ex-senador José Jorge (PFL-PE) e, após ser aprovada pelo Senado, tramita atualmente na Câmara dos Deputados, onde está pronta para ser apreciada pelo plenário. Causa preocupação à magistratura federal não só a manutenção, sem maior discussão, do foro privilegiado, mas igualmente as tentativas de ampliá-lo. A parte da PEC 358 que insere o Art. 97-A, caput e parágrafo único (Art. 2ª), se aprovada nos atuais termos, estenderá o foro privilegiado a ex-autoridades, ou seja, a pessoas que não mais exercem o cargo ou função que justificavam o benefício, e ainda às ações de improbidade administrativa.

Para a Ajufe, trata-se de uma iniciativa anti-republicana, elitista e supressora da competência originária dos juizes de primeira instância que, de acordo com a tradição do direito, julgam as ações civis contra autoridades políticas. De acordo com o presidente da Ajufe-RJ, Rogério Tobias, aderiu a esta



José Jorge: candidato a vice de Alckmin propôs ampliar foro privilegiado

luta significa defender uma maior democratização no Poder Judiciário. "O foro privilegiado é um resquício da monarquia, e como tal não é compatível com os princípios democráticos", disse Tobias. Segundo ele, o foro privilegiado de função só deveria ser objeto de discussão no que tende a restringi-lo, nunca a ampliá-lo, como prevê um dos pontos da PEC 358/05.

Entre as manifestações contrárias à proposta de emenda constitucional, magistrados lembraram que se a PEC 358 for aprovada vai aumentar a dificuldade para a execução do trabalho nos tribunais. Hoje réus com foro privilegiado já alteram a rotina dos julgamentos e exigem maiores espaços e mais pessoal do que o normal. Há o risco, segundo os magistrados, de aumentar a impunidade em função das dificuldades de acontecerem tais julgamentos.

A direção do Sisejufe-RJ manifestou o apoio da categoria à mobilização dos

magistrados mas ponderou a necessidade de um chamado ampliado à classe dos servidores das Justicas Federais. "Achamos necessária uma aliança entre os magistrados e os servidores para que, além de democratizar e melhorar os serviços do Judiciário, possamos combater casos de assédio moral dentro deste Poder", disse Ponciano. Ricardo de Azevedo, por sua vez, salientou o papel do sindicato na luta pela democratização do Judiciário e disse que o Sisejufe sempre estará junto da Ajufe nas lutas pela democratização deste Poder.

O sindicato estará mobilizado e buscando contato com entidades como CUT e OAB para que o projeto seja rejeitado na Câmara. Só uma mobilização do movimento social, com a ampliação da luta para várias entidades pode evitar a aprovação desta medida impopular. ■

*Da Redação.

Longas jornadas provocam o

Max Leone*

O aumento das horas trabalhadas pode significar, na prática, uma elevação dos casos de licenças médicas provocadas por doenças relacionadas à atividade profissional. Mas as mazelas não ficam restritas somente às questões funcionais. Recente estudo feito pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe-RS) constatou indícios de que o aumento da jornada de 6 para 8 horas de trabalho diário – no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, vigorou essa jornada de 1999 a 2001 – além de reduzir a produtividade, fez crescer o número e a duração média dos afastamentos dos servidores. Entre os sintomas apresentados pelos funcionários estavam sofrimento psíquico e Lesões por Esforço Repetitivo (LER) ou Doenças Osteomusculares Relacionadas do Trabalho (Dort).

“Obviamente essas situações não são causadas apenas pelo aumento da jornada, mas uma jornada maior seguramente contribui para agravá-las”, diz o sociólogo Carlos Alberto Colombo, autor do estudo *Aumento da Jornada de Trabalho, Qualidade de Vida e Produtividade na Justiça do Trabalho da 4ª Região*. O trabalho serviu de base para que o Sintrajufe/RS, após intensa campanha de mobilização e pressão, fechasse um

acordo político com a direção do TRT local para retomar, em 2002, a jornada histórica de 6 horas. Naquele ano, a carga de trabalho foi reduzida de 40 horas semanais para 35 horas, com a garantia de uma hora de intervalo para os servidores.

As análises ergonômicas realizadas por médicos do Trabalho e professores do Centro de Documentação, Pesquisa e Formação em Saúde do Trabalhador do Departamento de Medicina Social da UFRGS em alguns setores da Justiça Federal no Sul contribuíram para mostrar o quanto é nocivo à saúde alterar a jornada de trabalho indiscriminadamente. Eles ressaltam que “importante fator identificado no recente histórico destes trabalhadores é o fato de que, desde maio de 1999, o horário de trabalho dos servidores passou de 6 horas para 8 horas. Tal aumento de carga diária de trabalho originou pressões por alterações importantes no cotidiano desses trabalhadores”.

Mais servidores, menos horas

De acordo com o estudo do sociólogo Carlos Alberto Colombo, pareceres técnicos indicavam que a situação deveria ser alterada. Os documentos atestavam, por exemplo, que a diminuição da pressão do trabalho não seria suficientemente regulada somente pelas pausas oferecidas para descansos. Deveriam, recomendavam os técnicos, ser seriamente estudadas medidas



complementares como a contratação de mais servidores e a diminuição da jornada de trabalho, retomando as históricas 6 horas.

Segundo a pesquisa feita por Colombo, outro reflexo percebido nos servidores gaúchos foi o sentimento de frustração com a perda de um direito conquistado, no caso, a jornada de seis horas. Enquanto vigoraram as 8 horas no TRT da 4ª Região ficou evidente a desmotivação com a perda do direito, que aconteceu por imposição da direção do tribunal. Essa frustração, mostra o estudo, teve reflexo direto na queda da produtividade.

Problemas mentais afetam 50% dos qu

O trabalho em jornada excessiva pode deixar seqüelas. Um levantamento coordenado pela Universidade de Brasília (UnB), baseado em dados do Ministério da Previdência, exemplifica a situação. Nele, consta que 48,8% dos trabalhadores que se afastam por mais de 15 dias do serviço, e recorrem a um benefício do INSS, so-

frem de problemas mentais, como depressão, síndrome do pânico e isolamento social, entre outros problemas. O estudo mostra que bancários, frentistas, comerciários, metalúrgicos, rodoviários e controladores de voo são as categorias com mais risco de apresentar alguma enfermidade.

“Muitos sofrem de distúrbios do

humor, cujo ‘carro-chefe’ é a depressão. Os mais afetados são os trabalhadores da fabricação de produtos têxteis (53,57%), seguidos pelo setor de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro (49,20%), transporte terrestre (47,18%) e intermediação financeira (43,88%)”, detalha Anadergh Barbosa Branco, coordenadora do Laboratório

O aumento de licenças médicas



Para o sociólogo, saúde e qualidade de vida têm valores intrínsecos e devem estar ligadas ao ambiente de trabalho. Assim, de um lado, evita-se a queda da produtividade decorrente da desmotivação e das situações de licença médica. E por outro, reduz-se os custos gerados pelo aumento da quantidade e da duração dos afastamentos. Diminuiu-se ainda a incidência de aposentadorias precoces por questões de saúde e o aumento de investimento para a recuperação de um trabalhador doente. Pesquisa realizada pelo Datafolha a pedido do Instituto Nacional de Prevenção às LER/Dort, em con-

vênio com o Ministério da Saúde, mostra que, em 2001, eram gastos ao menos R\$ 12,5 bilhões por ano com acidentes e doenças de trabalho no país.

Para o diretor do Sisejufe-RJ Roberto Ponciano, essas experiências mostram que o movimento sindical ligado à CUT tem razão em intensificar a campanha pela implantação das 6 horas. "Nosso sindicato não poupará esforços para mobilizar e conscientizar os servidores do Rio no sentido de entrar na luta pela redução da jornada" afirma Ponciano. ■

*Da Redação.

Como se afastam do trabalho

de Saúde do Trabalhador da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB.

A pesquisa revela ainda que a doença vem sempre acompanhada de outro mal. Na maioria dos casos, o alcoolismo é a consequência mais comum. "Muitas vezes, o trabalhador começa a perceber que está menos produtivo, mais desligado,

insatisfeito, triste, sem uma causa definida, e é preciso 'levantar o astral', diz Anadergh. "Como o álcool tem inicialmente uma fase excitante, estimulante, ele sente que está atingindo o objetivo. Mas o álcool também tem uma fase depressiva, que vai agravar ainda mais o problema", conclui a professora. (ML)

As causas

Bancários

Pressão para cumprir metas, medo de ser assaltado e ter a família sequestrada, depressão e alcoolismo são alguns dos males que os bancários sofrem em seu dia-a-dia. De acordo com o sindicato da categoria, nos últimos dois anos, mais de 430 profissionais foram encaminhados para tratamento especializado com um psiquiatra.

Controladores de vôo civis

Como atuam em uma estrutura militar, acabam submetidos à hierarquia da caserna. Segundo o sindicato da categoria, o estresse é o campeão dos problemas. Por ser uma atividade que por qualquer descuido coloca centenas de vidas em risco, provoca também problemas relacionados ao aparelho digestivo, devido à tensão.

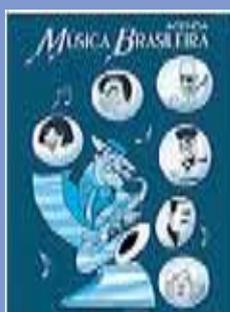
Rodoviários

Submetidos ao trânsito, muitos motoristas apresentam problemas de estresse, síndrome do pânico e alcoolismo, entre outros sintomas psicológicos.



■ UMA EXPOSIÇÃO

China Hoje – Coleção Uli Sigg – O Centro Cultural do Banco do Brasil recebe a exposição com a maior acervo de arte contemporânea chinesa já visto na América. As peças do colecionador suíço Uli Sigg, que fazem um panorama da vanguarda da China no período de 1979 a 2007, ocupam as três salas do segundo andar do CCBB. São cerca de 60 trabalhos de 27 artistas, dentre os quais destacam-se nomes como: Ai Weiwei, Lu Hao, Fang Lijun, Li Dafang, Qi Zhilong e Liu Wei – que costumam participar das badaladas bienais de São Paulo e Veneza. A exposição, muito elogiada pela crítica, se despede do Brasil em 15 de julho. A mostra é aberta de terça a domingo, das 10 às 21h. O CCBB fica na Rua Primeiro de Março, 66, Centro, Rio de Janeiro. A entrada é franca.



■ UMA PÁGINA

www.revistamusicabrasileira.com.br – Para quem gosta de música popular brasileira, uma boa pedida é o novo site da Revista Música Brasileira. O editor da página é o jornalista Luís Pimentel, que conta com a colaboração de Daniel Brazil, Chico Genu e Rogério Lessa Benemond. Nos textos, mestres como Noel Rosa e Cartola, análises, críticas e artigos sobre a diversidade folclórica do nosso país e como isso influencia os ritmos aqui produzidos. A página também dá dicas de lançamentos de discos nacionais.



■ UM FILME

Cão sem dono – O filme de Beto Brant é a adaptação de “Até o dia em que o cão morreu”, primeiro romance de Daniel Galera, destaque da nova geração da literatura brasileira, nascida e criada na Internet. É a história da relação de um jovem casal: o apático e autêntico tradutor **Ciro** (Julio Andrade) e a bem-sucedida e independente modelo **Marcela** (Tainá Müller, ganhadora do prêmio de melhor atriz do Festival de Recife já em seu primeiro trabalho). O filme tem como único cenário o apartamento quase sem móveis que **Ciro** divide com um cão. A obra, que foi a grande vencedora do Cine PE - Festival do Audiovisual, apresenta a angústia da juventude diante do amor e do deslocamento nas opções profissionais.



■ UM SHOW E MUITOS LIVROS

Orquestra Imperial convida João Donato – A FLIP dá início a sua quinta edição honrando o seu prenome: festa. Uma apresentação da transbordante Orquestra Imperial, o maior coletivo de talentos contemporâneos da música brasileira, abre o festival com carnaval e funk, gafieira e soul, samba e bolero. No palco, talentos como Wilson das Neves, de 70 anos, um dos maiores bateristas da história da MPB, até uma generosa fornada de revelações mais recentes, como Rodrigo Amarante (Los Hermanos), os três integrantes do grupo + 2 (Moreno Veloso, Kassin e Domenico), as neodivas Thalma de Freitas e Nina Becker e o guitarrista Pedro Sá. Eles convidam ao palco da Tenda da Matriz um dos músicos mais talentosos já produzidos pelo país, para uma parceria inédita. Nascido no Acre, João Donato mudou-se para o Rio ainda moleque, e com 15 anos já brilhava no cenário musical carioca tocando um acordeão quase de seu tamanho. Um dos artífices da bossa nova, o pianista, arranjador, cantor e compositor não se amarrou ao gênero dos banquinhos e barquinhos. Em Parati ele acrescentará a juventude de seus 72 anos à dos jovens imperiais, na primeira grande festa da FLIP. Quarta-feira, 4 de julho, 21h, na Tenda da Matriz, Parati-RJ, na 5ª Festa Literária Internacional de Parati (de 4 a 8 de julho). Entrada a R\$ 20,00.



Estamos meio século atrasados

Eudes Magalhães Júnior*

Vivemos para trabalhar ou trabalhamos para viver? Acredito que o trabalho é inerente ao homem – é claro que isso não vale para todos. Sem o trabalho, sem disciplina, não há nem felicidade, contudo, vejamos: a sabedoria nos diz que devemos buscar o caminho do meio “nem tanto ao mar, nem tanto a terra”.

O dia tem 24 horas. Eu, que sou solteiro, não tenho filhos, moro próximo e não sou metrossexual, gasto, no mínimo, uma hora para me preparar, entre o antes e o depois do expediente. É o banho, o café, o terno, a gravata, o cabelo, a barba, o bigode e um pequeno toque na maquiagem, chiii! No final do dia, ainda é pior, pois, é preciso se refazer do cansaço e do estresse, colocar feijão no fogo, as pernas para cima, enfim, frescuras à parte, façam as contas: temos que dormir oito horas, nosso trabalho já nos consome no mínimo dez – já se foram 18 horas – nos res-

tam seis horinhas vespertinas, espremidas para o lazer, o estudo, a família, o lanche, os vícios. Ah, e a insônia! Com ela até que sobra tempo.

É irônico pensar que nossa constituição em seu Artigo 5º, fala da família, da saúde, da educação, diversão, alimentação... OK, salário mínimo é outro assunto, voltemos ao tempo.

Fico pensando naqueles pais tendo que se explicar para seus filhinhos por nunca encontrar tempo para família ou para eles mesmos. Quanto tempo perdido! Que tipo de sociedade estamos criando?! Não é a família sua célula?! E aquela educação que vinha do berço?! Ah, agora vem da creche. Pelo menos ninguém herdará minha miséria, não perpetuarei minha espécie. Filhos! É melhor não tê-los. Nosso belo quadro social não leva mesmo em conta o ser humano, a felicidade, os relacionamentos, nossos laços. Só se fala em eficiência, produtividade, custo benefício, lucro, consumismo – que prosa ruim.

Infelizmente, sinto que os poderes

dominantes, em benefício próprio, têm endossado essa iminente decadência, impondo essa absurda e insensata carga horária de oito horas. Sem direito a almoço, ainda ameaçam!

Aprisionado em seu tempo, ninguém questiona mais nada, se acostumam a tudo, acham até normal serem devorados lentamente, afinal para que pressa? Penso que o tempo é um bem precioso. Uma vez perdido, não se recupera mais. O trabalho é importante, mas não é tudo. Meu excelentíssimo umbigo vale mais que qualquer rotina do Deus Apolo. Seis horas já deveríamos estar trabalhando pelo menos há meio século – estamos atrasados! Gostaria de estar escrevendo, agora neste artigo, sobre 4 horas. Mas, pelo andar da carruagem nosso mundo não irá muito longe. Aí sim teremos o horário ideal: das 12h as 13h, já incluída a hora do almoço. Mas não haverá mais tempo, eu ameaço!

*Técnico Judiciário.



Remoção trava regulamentação do PCS na Justiça Eleitoral

Max Leone*

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio de Mello, ainda resiste em assinar a regulamentação conjunta do Plano de Cargos e Salários (PCS). O principal entrave para que saia o acordo é a questão do direito à remoção dos servidores em estágio probatório. Mello não assina a portaria que garante a troca por defender a tese de que poderia haver confusão em períodos eleitorais em caso de os funcionários pedirem para mudar de lotação. Na reunião do dia 12 de junho, os coordenadores da Fenajufe, Roberto Policarpo, Lúcia Bernardes e Cláudio Azevedo, cobraram do diretor-geral do TSE, Athayde Fontoura, uma posição sobre às reivindicações apresentadas ao ministro no último dia 5. A Federação e o movimento sindical entendem que o direito à remoção deve ser garantido para todos os servidores, inclusive os em período de experiência. Os coordenadores da Fenajufe esperam ter um retorno da direção do TSE o mais rapidamente possível.

O diretor do TSE solicitou que a Fenajufe encaminhasse um documento com os argumentos a respeito da remoção. A Fenajufe protocolou no dia 13 de junho, um dia depois da reunião, no TSE o detalhamento que explica a importância de garantir o direito dos servidores em estágio probatório da Justiça Eleitoral a participar do concurso de remoção, assim como será aplicado nos demais ramos do Judiciário Federal. O ofício, que foi encaminhado diretamente ao

A Federação entende que o direito à remoção deve ser garantido para todos os servidores, inclusive os em período de experiência.

presidente Marco Aurélio e ao diretor-geral, também será entregue a todos os ministros do TSE, em formato de memorial, para garantir o apoio de todos.

A posição do ministro Marco Aurélio prejudica os servidores, avaliam os coordenadores da Fenajufe. Em reunião anteriores, o ministro informou que deixou claro sua forma de pensar, apresentando suas divergências sobre a remoção aos demais presidentes dos tribunais superiores. Mas acabou sendo voto vencido, o que o levou a optar por regulamentação própria na Justiça Eleitoral.

Para o presidente do TSE, a possibilidade de o servidor em estágio probatório participar do processo de remoção poderia gerar um problema, pois, segundo ele, há hoje três mil novos servidores na JE em todo o país. O ministro disse, ainda, que o objetivo é que todos os pedidos de remoção passem pelo TSE. ■

*Da Redação.

Outros assuntos tratados na reunião de 12 de junho

GAS e AQ

Sobre a demora, alegada por Policarpo, em distribuir os processos que tratavam da implementação do adicional de qualificação e da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS), todos da portaria conjunta nº 01, Athayde informou que no próprio dia 5 de junho, após a audiência com os coordenadores da Fenajufe, Marco Aurélio fez a distribuição, cabendo ao ministro Carlos Ayres Brito a relatoria do AQ e ao ministro César Peluzo, a relatoria da GAS. A Fenajufe já agendou audiência com os dois ministros.

Enquadramento

Sobre a implementação do enquadramento previsto no Artigo 22 do PCS, cujo ofício requerendo a urgência no pagamento foi apresentado pela Fenajufe no dia 8 de junho, Athayde avalia que há possibilidade de serem atendidas, uma vez que o próprio ministro Marco Aurélio, após audiência da semana passada, orientou que fossem tomadas providências para resolver esse problema o mais rápido possível.

Novas operações da PF atingem Brasília

As duas mais recentes operações da Polícia Federal (PF) atingiram em cheio o Distrito Federal. As operações Navalha e Xeque-Mate já renderam baixas no primeiro escalão do Governo Lula e fizeram o ministro da Justiça, Tarso Genro, estudar projetos de leis que restringem o uso de escutas telefônicas pela PF. O presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros (PMDB-AL), aliado do Planalto, acaba o mês de junho articulando para não ter processo de cassação aberto no Conselho de Ética do Senado, depois de ver reveladas suas relações com um dos principais acusados de desvio de recursos públicos e ter contestadas na imprensa explicações sobre seus super-rendimentos nos últimos anos.

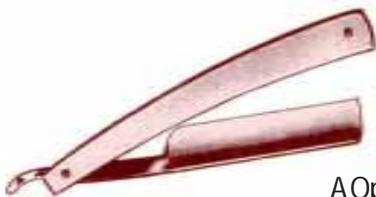
O Congresso Nacional, aliás, tornou-se o principal palco da Operação Navalha. Mas o pedido de criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar o possível envolvimento de autoridades em superfaturamentos e outras irregularidades em obras da construtora Gautama pode terminar em pizza. Segundo a Mesa Diretora do Congresso, o motivo seria um número insuficiente de assinaturas de deputados.

Já o relatório da polícia sobre a Operação Xeque-Mate aponta cinco níveis da organização criminosa: fabricantes de caça-níqueis, pessoas que instalam e fazem manutenção dos equipamentos, responsáveis pelas apostas e prêmios, pessoas que

movimentam o dinheiro e aqueles que corrompem policiais.

Dos 80 presos pela PF na Xeque-Mate, 58 já foram soltos, 22 permanecem detidos e quatro estão foragidos. A ação da Polícia Federal tinha 85 mandados de prisão, cinco ainda não foram cumpridos. Os liberados estavam entre os 67 que ficaram em prisão temporária desde o início da ação. Com a Operação Xeque-Mate, a Polícia Federal tenta desmontar diversos esquemas de tráfico de drogas, corrupção e jogos ilegais. A operação investiga o contrabando de componentes eletrônicos para a utilização em máquinas caça-níqueis. ■

*Da Redação.



A Operação Navalha prendeu, em 17 de maio, integrantes de uma quadrilha que fraudava licitações de obras do governo – incluindo projetos do programa Luz Para Todos. O esquema planejava atacar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Houve 48 prisões e apreensão de documentos em nove estados e no Distrito Federal. Segundo a PF, de 2003 a 2006, o esquema movimentou R\$ 170 milhões. A quadrilha chegou ao nível federal, com a suspeita de envolvimento do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, que pediu demissão do cargo mas nega as acusações. As investigações tiveram início em novembro de 2006. O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB), tem relações com diversos presos em seu estado, Alagoas, e com o empresário Zuleido Soares Veras, dono da empreiteira baiana Gautama, principal suspeita de desvio de recursos públicos.



A Operação Xeque-Mate investiga a exploração de caça-níqueis e corrupção. A Polícia Federal chegou a prender 80 pessoas, entre elas, o ex-deputado estadual Nilton Servo e um compare do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dario Morelli Filho. As investigações atingiram o irmão mais velho do presidente Lula, Genival Inácio da Silva, o Vavá. Ele foi indiciado por tráfico de influência no Executivo e exploração de prestígio na Justiça, mas não chegou a ser preso. As investigações da PF começaram há cerca de seis meses. Os policiais usaram informações de dois inquéritos para chegar aos nomes dos suspeitos. O primeiro apurava o contrabando de componentes eletrônicos para uso em máquinas caça-níqueis. O outro inquérito investigava o envolvimento de policiais em tráfico de drogas.



Para instalar a CPI da Operação Navalha, a Mesa Diretora do Congresso considerava que havia 169 assinaturas válidas de deputados, duas a menos que o necessário para atingir um terço do número de deputados, o que é exigido pela Constituição para que se crie uma CPI. Assinaturas ainda podem ser retiradas ou acrescentadas ao requerimento. Os deputados que protocolaram o pedido contaram inicialmente com 30 assinaturas de senadores e 172 de deputados, porém, segundo a Mesa, eram 171 assinaturas de deputados, sendo que uma, a de Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), não conferia. Além disso, Lindomar Garçon (PV-RO) pediu a retirada de seu nome do requerimento. A lista de suspeitos envolve políticos de diversos partidos.

Jornalistas são per

Direção nega, mas é evidente a perseguição política aos jornalistas que não concordam com a linha editorial da emissora. Essa discussão é importante porque a Globo não é apenas uma empresa privada. É uma empresa privada que opera uma concessão pública.

Marcelo Salles*

Avenida das Nações Unidas 13.301. Este é o endereço do novo distrito empresarial da Marginal Pinheiros, onde se encontra o Hotel Grand Hyatt São Paulo, um dos mais luxuosos da cidade. Se você quiser dormir ali, terá que desembolsar no mínimo 600 reais. Por noite. (...) Foi no Grand Hyatt que Ali Kamel, diretor-executivo de jornalismo da TV Globo, decidiu se reunir em meados de março com editores do Jornal Nacional. O encontro-almoço foi realizado no Restaurante japonês Kinu, onde o preço do rodízio por pessoa fica em R\$ 60,00. (...)

Entre um sushi e outro, Kamel deixou claro que seu objetivo era desanuviar o clima. Sempre de maneira muito polida, afirmou que a TV Globo é uma empresa democrática, pluralista e que nunca iria fazer jogo partidário.

O editor de economia do Jornal Nacional em SP, Marco Aurélio Mello, estava presente. Ele havia sido um dos jornalistas a se recusar a assinar o abaixo-assinado preparado por Kamel com o objetivo de negar que a Globo havia tentado influenciar o resultado das eleições. (...)

No dia 23 de março, Marco Aurélio tomou um susto. O chefe de jornalismo em São Paulo, Luiz Cláudio Latgé, avisou que ele estava demitido. Latgé teria dito que após uma avaliação interna de seu trabalho, concluiu-se que seu perfil não era mais compa-

tível com a empresa. Funcionário da casa há 12 anos, Marco Aurélio Mello foi editor do Jornal Nacional durante quatro anos e do Jornal da Globo por outros três. Era ele quem ajudava a pautar Franklin Martins, que ficava em Brasília.

De acordo com um jornalista da TV Globo, que preferiu não se identificar, antes do primeiro turno das eleições presidenciais, Marco Aurélio havia comentado que tinha recebido a orientação de que deveria “pegar leve” com os indicadores econômicos que pudessem ser interpretados como pró-governo. (...)

Centralização assim, nem na ditadura

No dia 19 de dezembro do ano passado, Rodrigo Vianna, repórter especial da TV Globo durante doze anos, foi o primeiro a receber a notícia de que não teria seu contrato renovado. Em uma carta enviada aos colegas, Rodrigo afirmou que o clima estava insuportável. E denunciou que “nunca, nem na ditadura (dizem-me os companheiros mais antigos) tivemos na Globo um jornalismo tão centralizado, a tal ponto que os repórteres trabalham mais como bonecos de ventríloquos, especialmente na cobertura política!”. (...)

No mesmo período, o comentarista Franklin Martins foi afastado da TV Globo. Durante o período eleitoral, o jornalista demonstrou equilíbrio em seus comentários e se recusou a re-



petir o coro da maioria dos comentaristas, na linha “o PT inventou a corrupção no Brasil”. Antes de sair de férias, Franklin fora avisado que estava tudo bem, que ele poderia ir tranquilo. Havia a preocupação com dois textos publicados contra ele por Diogo Mainardi, na revista Veja. (...)

Outro que não ratificou a posição da emissora foi o repórter Carlos Dornelles, que pediu para não cobrir política em 2006 porque já havia entrado em conflito com Ali Kamel, de acordo com funcionários da empresa. Em outubro, Dornelles concedeu uma entrevista no Rio Grande do Sul afirmando que “os barões da imprensa deveriam ser investigados”. Em virtude de sua afirmação, ele teria sido chamado por Latgé para se explicar.

Perseguidos na Globo



Como não recuou, foi deslocado para o Globo Rural. Outro repórter teria dito para Latgé, na frente de outras pessoas, que a cobertura da Globo estava vergonhosa. Foi colocado na "geladeira". (...)

As demissões podem até ser discutidas a partir do caráter privado da empresa. Mas este não é o único. A Globo não é apenas uma empresa privada. É uma empresa privada que opera uma concessão pública e, como tal, deve estar subordinada ao controle público. Além disso, a informação é um bem público e não pode sofrer clivagens de mercado ou ideológicas. Sobre as relações trabalhistas, cabe aos órgãos competentes – Ministério Público, Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho – verificar esses con-

tratos de Pessoa Jurídica cada vez mais utilizados pelas emissoras privadas para fugir dos encargos trabalhistas. O poder público deve coibir e multar as empresas que fazem uso deste recurso, o que acaba mantendo os funcionários sob tensão a cada renovação de contrato.

Oligopólio do espetáculo

A questão trabalhista da TV Globo esbarra no problema central da televisão aberta brasileira. Trata-se da existência de um oligopólio composto por seis grupos privados que controlam todo o conteúdo produzido e distribuído num país com 190 milhões de pessoas. Além de contrariar o artigo 220 da Constituição Federal,

é sabido que nenhum setor concentrado desta forma pode oferecer uma quantidade satisfatória de empregos ou estabilidade para os funcionários.

Há também um outro aspecto a ser levado em consideração, que diz respeito ao caráter do setor. As empresas de comunicação não são como as indústrias de automóvel, ferro, carvão ou petróleo. Além de produzirem bens tangíveis, que podem ser comercializados (novelas, filmes, esportes, carnaval, etc.), esses artigos possuem um capital subjetivo poderosíssimo. Tão poderoso que confere a seus detentores a responsabilidade por transmitir formas de sentir, pensar e viver a cada indivíduo e, conseqüentemente, lhes garante o poder de interferir em toda a sociedade. Assim, tanto é possível legitimar editorialmente genocídios quanto erradicar o analfabetismo. Só depende do uso que se faz dos meios de comunicação e, em especial, da televisão.

Como disse Eugênio Bucci, no livro "Brasil em tempo de TV", página 17: "O que temos hoje no Brasil, na era da globalização, é ainda o produto daquele velho projeto autoritário: a gente brasileira, condenada à desigualdade, com a pior distribuição de renda do mundo, é o país que vibra unido na integração imaginária: na Copa do Mundo, no final da novela, na morte do ídolo do automobilismo, na 'festa cívica' das eleições presidenciais. Não por acaso, todos esses momentos de confraternização são espetáculos de TV". ■

*Jornalista, editor de Cultura e Esportes do site e jornal Fazendo Media. Leia a íntegra deste artigo na página fazendomedia.com

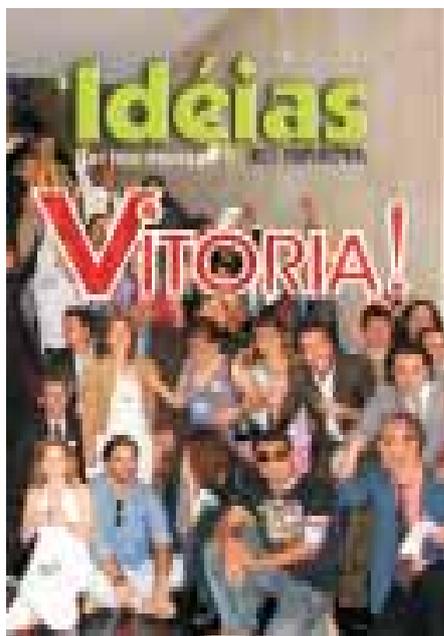
Um ano repleto



A Idéias em Revista chega este mês a sua 12ª edição. Nascida do encarte Idéias do jornal Que Fazer!, do Sisejufer-RJ, a primeira edição foi lançada em abril de 2006 e desde então mantém a proposta da atual gestão do sindicato de ser um veículo de comunicação participativo, claramente posicionado e aberto às colaborações. Ao longo desses 15 meses, nossa revista cresceu, foi se aperfeiçoando, aprendeu coisas novas com os leitores e colaboradores, mas nunca deixou de lado seu principal propósito: a visão crítica e de esquerda dos acontecimentos. Ao contrário do que estamos acostumados a ver e ler na chamada grande imprensa.

Nossa publicação vem marcando seu espaço não só entre os servidores do Judiciário Federal no Rio, mas também em toda a sociedade, ao abordar temas que extrapolam o interesse corporativo. A Idéias em Revista tem características que a diferenciam de outras publicações sindicais, pois não se deixa levar por interesses particulares e nem faz da defesa corporativa seu principal propósito.

Estas 12 primeiras edições trouxeram assuntos que despertaram o interesse público, para além de nossa categoria. Logo no número de estréia, uma página especial foi dedicada ao centenário do poeta Mario Quintana e tratamos também da questão da Biodiversidade. Dividida em editoriais, a revista sempre contou com a participação de leitores-escritores, como as colegas Clarisse Faria, Luciana Villar, Glória Horta, Marlene

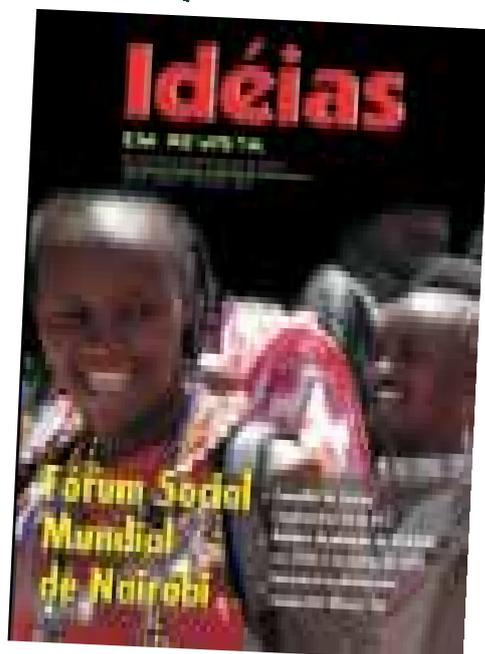
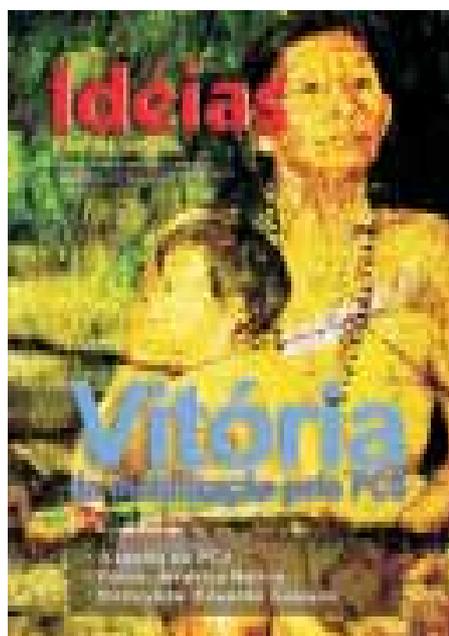
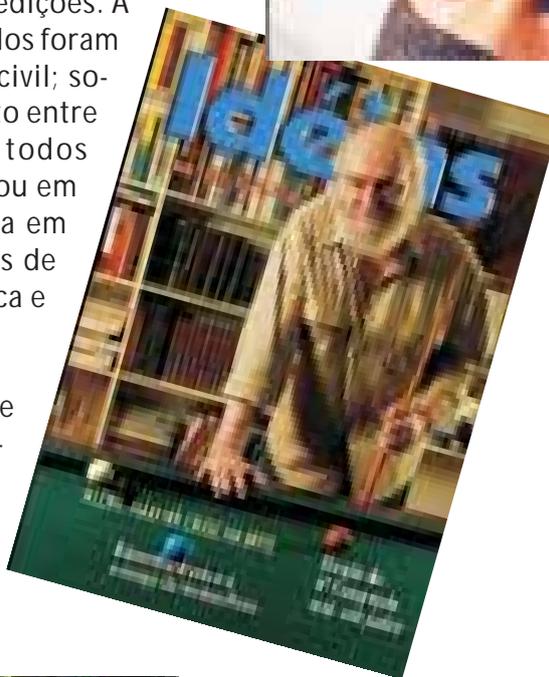
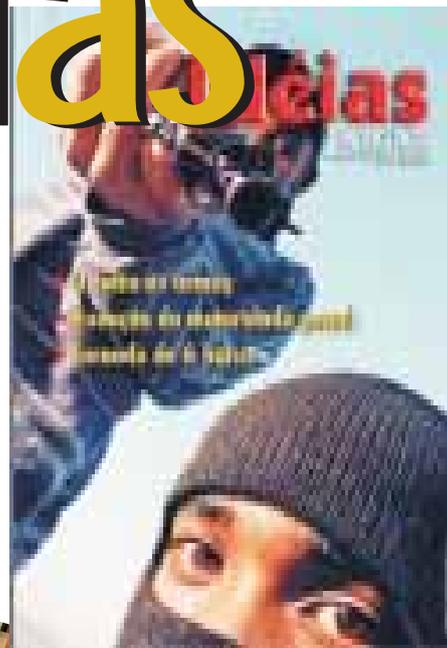


eto de Idéias

de Lima, entre outras e outros. Artigos de diretores do Sisejufe-RJ também foram publicados sobre os mais diversos assuntos de interesse da classe dos servidores do Judiciário Federal, entre eles a vitoriosa campanha pela aprovação do Plano de Cargos e Salários (PCS); pontos específicos como a questão do B-17, a votação do PLN 11 e PLN 12, e o Congresso da Fenajufe.

Os leitores sempre tiveram acesso às entrevistas exclusivas sobre assuntos polêmicos, veiculadas com uma visão bastante diferente da mídia conservadora. O debate das questões de gênero, numa página intitulada Mulheres, também sempre esteve presente nas nossas edições. A boa fotografia tem destaque nesta revista. Bons exemplos foram os ensaios fotográficos sobre Angola no pós-guerra civil; sobre a Revolução Cubana; sobre o genocídio do conflito entre Israel e Palestina; e sobre a América Nativa, todos imperdíveis. Em 15 meses – a revista só não circulou em julho e novembro de 2006 e teve edição conjunta em março e abril de 2007 – apresentamos as colunas de Fausto Wolff, Fulgêncio Pena (agora Pedra) Branca e as tiras e ilustrações ferinas de Latuff.

A Idéias em Revista segue em frente, em busca de novos horizontes. Mas sem perder de vista o compromisso assumido desde o número 1: ser diferente das demais publicações. Diferente pelo compromisso com a verdade dos fatos e pelo respeito à inteligência de nossos leitores. ■



“A regra do mercado

Henri Figueiredo*

No dia 1º de junho, o Siseju-RJ abrigou o debate “As transformações no mundo do trabalho hoje e os desafios do movimento socialista”, evento da corrente sindical CUT Socialista e Democrática (CSD) e do Instituto Solidariedade Brasil, com participação de Rafael Freire, atual secretário de Política Social e Econômica da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), do professor universitário Helder Molina, que ministra o curso Marxismo, em andamento no sindicato, e do ex-senador Saturnino Braga.

O engenheiro Roberto Saturnino Braga, 75 anos, presidente do Instituto Solidariedade Brasil, iniciou a vida política em 1960 no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Teve seu mandato de deputado federal interrompido durante a Ditadura Militar, mas voltou à vida política em 1974 como candidato ao Senado pelo MDB. Saturnino Braga foi eleito prefeito do Rio, em 1985, pelo PDT, com 40% dos votos. Foi reeleito senador em 1998, pelo PSB e durante o mandato ingressou no PT. No fim de julho de 2006, decidiu não mais se candidatar.

Com pertinência, clareza e didatismo, Saturnino fez uma resenha da situação do mundo do trabalho nas últimas décadas no Brasil. Reproduzimos aqui, os principais momentos da palestra do ex-senador.

*Da Redação.

Vivemos dias marcantes da história do Brasil, participamos da materialização de um projeto e é um momento bom para discutir, formular e sugerir as agendas de lutas.

Estamos no terceiro estágio de um projeto que se iniciou em 1930, o início do estado republicano de fato, antes era controle oligárquico, estado patrimonial. Getúlio Vargas organizou o estado nacional, as regras do concurso público, regulamentação dos trabalhadores, mesmo que ditatorialmente, afinal ele nunca se considerou democrata. Getúlio foi responsável pela primeira etapa da construção de um projeto nacional, com a Petrobras e Eletrobras. A segunda etapa foi com JK, onde se aprofundou o processo de desenvolvimento econômico.

Mas faltava o fundamental, o povo. O Brasil não tinha tradição de participação popular, houve uma tentativa em 64 de trazer o povo para uma participação nas decisões do cenário político, mas foi derrubada pelos militares. Era o interesse da elite contra os que defendiam Jango, homem de bom senso, mas as condições políticas para ele não eram as melhores.

Na década de 70, com o mundo em plena Guerra Fria, qualquer iniciativa social lembrava o comunismo. Implantou-se, com a ditadura, um crescimento econômico baseado na concentração de capital, que se esgotou nos anos 80. Aí entrou a experiência do neoliberalismo. Até então nossa economia era enraizada internamente e decidiu-se fazer do Brasil um “paraíso do investidor estrangeiro”. Abriam-se as portas, sem nenhuma barganha, sem nenhuma negociação. Com isso, criou-



Num quadro onde a automação e a globalização são irreversíveis, não há outra forma de restaurar os direitos do trabalhador senão através da diminuição da jornada de trabalho.

se um alto índice de desemprego, com várias empresas nacionais fechando as portas. Ficou claro que o neoliberalismo não resolveria nossas falhas.

Protagonismo popular

Agora, com Lula, ocorre uma nova tentativa de dar protagonismo ao povo em termo das decisões políticas. Porém a classe trabalhadora encontra dois problemas: a industrialização, o operador passou a operar as máqui-

arrasa o trabalhador”



O mundo do trabalho tem uma grande luta na história a favor da redução da jornada. Já tivemos 12, 11, 10 horas de trabalho. A capacidade produtiva das tecnologias de hoje, viabilizaria a redução para 4 horas.

aquisitivo. A única instância capaz de se confrontar com ele é o estado nacional, introduzindo políticas capazes de aumentar o dinamismo econômico para diminuir esses fatores prejudiciais, dando um mínimo de equilíbrio. O estado precisa investir na qualificação do cidadão para responder as demandas do próprio mercado. O confronto estado versus mercado é decisivo.

A sociedade civil é sujeita à presença do mercado através de suas formas de coação, como a mídia. Não é fácil se contrapor ao mercado munido unicamente dos órgãos da sociedade civil. Claro que tudo que puder ser feito é fundamental, mas sem a presença do estado, através da contraposição aos interesses do mercado, é muito difícil.

A classe trabalhadora deve retomar o esforço de construir solidariedades e descobrir novas maneiras de lutas. Num quadro onde a automação e a globalização são irreversíveis, não há outra forma de restaurar os direitos do trabalhador senão através da diminuição da jornada de trabalho.

Por um novo internacionalismo

O mundo do trabalho tem uma grande luta na história a favor da redução da jornada. Já tivemos 12,

11, 10 horas de trabalho. A capacidade produtiva das tecnologias de hoje, viabilizaria a redução para 4 horas. Se o nível de produtividade de hoje é tão bom, por que empacou? Poderíamos construir uma economia próspera com uma carga de horário de trabalho reduzida, valorizando a quantidade de horas que o trabalhador emprega no serviço.

Isso deve ser feito em escala global, não dá para ser realizado em um só país. A França se arriscou a uma redução de 2 horas semanais, não deu muito resultado. Quase desmoralizou a luta pela redução de jornada. Deveria ter sido uma redução substancial, e bem organizada internacionalmente. Deveria haver uma retomada do internacionalismo.

Nosso país vive um momento propício para reorganizar a classe trabalhadora, a terceira fase da construção de um projeto nacional. Deve-se dedicar um esforço especial para a produção de debates, produzir unidades de luta, pensamentos capazes de unificar e aproveitar esse momento político para projetar 10 anos à frente e termos a construção de uma nação efetivamente democrática e participativa, onde a classe trabalhadora tenha um papel decisivo na tomada de decisões. ■

nas que o substituíram numa linha de montagem; e a globalização, que produziu o acirramento da concorrência. Essa competição acaba por premiar as empresas que cortam mão-de-obra. A guerra competitiva caiu em cima do trabalhador e não do capital.

Todos os partidos de operários do mundo tiveram de se adaptar a esse novo modelo. Muitos tornaram-se agremiações neoliberais, neste processo econômico da implantação da automação (informática) e de abertura das fronteiras. Com isso, alguns países que utilizam mão-de-obra semi-escrava conseguem se expandir com muito mais velocidade do que os que procuraram de alguma forma dignificar seus trabalhadores.

A regra do mercado arrasa o trabalhador, e o mercado é uma instância dominada por quem tem poder

Ministério descarta proposta da AGU

Isaías Dalle*

A CUT e seus sindicatos que representam os trabalhadores públicos federais, após muita pressão e mobilização, conseguiram que o governo federal, por meio da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, firmasse um compromisso de que o anteprojeto de lei sobre regulamentação do direito de greve produzido pela Advocacia Geral da União não é a proposta do governo. Outro acordo é de que o sistema de negociação coletiva e as várias formas de resolução de conflitos, incluindo as greves, serão elaboradas em conjunto com os servidores federais, implantando um grupo de trabalho.

Esses dois pontos fazem parte de sete itens que compõem o documento oficial assinado pelo secretário Sérgio Mendonça no dia 31 de maio, após audiência de oito horas com o presidente da CUT, Artur Henrique, e lideranças das entidades representativas dos servidores. O ministro do Planejamento Paulo Bernardo, em viagem, autorizou Mendonça a fechar o acordo.

“A posição assumida pelo secretário, em nome do ministério, demonstra que a combinação entre combatividade e abertura ao diálogo é eficaz. E nos dá um pouco de tranquilidade, pois demonstra que aquele entulho autoritário produzido pela AGU não desfruta de apoio no conjunto do governo, e que o respeito à capacidade de organização e elaboração dos trabalhadores está mantida”, avalia Artur Henrique. O presidente da CUT Artur já havia classificado a proposta de “indecente” e “autoritária”, em entrevista ao Portal do Mundo do Trabalho, logo após pontos do

foto: DANILO VERPA



Ministro: Paulo Bernardo fecha acordo anteprojeto terem sido veiculados pela imprensa. Traduzindo posição da CUT, na ocasião o presidente avaliou que a proposta simplesmente proibia as greves no setor público e reivindicou ao governo “jogá-la fora”. “Se o patrão for inflexível, vai enfrentar greve”, avisou Artur Henrique.

Convenção 151 e PLP 01

Outros compromissos importantes foram assinados dia 31. Pelo documento, fica acertado que a Convenção 151 da OIT, bandeira histórica da CUT, será enviada até o final de julho para ratificação no Senado Federal. E que o grupo de trabalho composto por servidores que irá debater formas de resolução de conflitos também vai discutir a regulamentação da negociação coletiva. Para tanto, servirão como referência as conclusões da Câmara Setorial do Serviço Público que atuou no Fórum Nacional do Trabalho.

“Acredito que é um passo decisivo para resolver essa questão de forma madura e democrática. O desafio ago-

foto: CUT NACIONAL



Artur Henrique: é preciso estar mobilizado para é trabalharmos para consolidar o avanço”, avaliou, em entrevista ao Portal, a diretora executiva da CUT Lúcia Reis, que participou da reunião. Ela também criticou a postura de dirigentes ligados à Conlutas, que decidiram se retirar do processo.

O documento também deixou explícito que a criação do grupo de trabalho não vai interferir nas negociações setoriais já em curso ou naquelas que podem surgir antes que a elaboração da regulamentação esteja pronta. Ficou definido também que o grupo não vai discutir o PLP 01 – já que o embate deve se dar no Congresso Nacional. Por outro lado, o documento firma o compromisso de que a licença para dirigentes sindicais será objeto de discussão do grupo.

“Esta ação precisa estar combinada com a mobilização permanente, que é nosso principal instrumento de defesa da classe trabalhadora”, ponderou Artur Henrique. ■

*Jornalista – CUT Nacional.

CUT marcha em Brasília

foto: SAMUEL TOSTA



Rio de Janeiro: em 23 de maio, 7 mil manifestantes enfrentaram a chuva nas ruas

No próximo dia 4 de julho, a Centra Única dos Trabalhadores (CUT) reedita o Dia Nacional de Lutas, a exemplo do ocorreu em 23 de maio, quando mais de 7 mil manifestantes, debaixo de chuva, marcharam pelas ruas do Rio de Janeiro. Mas ao contrário da manifestação de maio, que ocorreu em todas as capitais e principais cidades do país, neste dia 4 a CUT promove uma marcha em Brasília. A intenção é pressionar o Congresso e o Planalto pela ampliação dos direitos dos trabalhadores, pelo desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho.

De acordo com a direção nacional da central sindical, é necessário enfrentar os setores conservadores que querem retirar direitos trabalhistas, como na campanha midiática pela derrubada do veto de Lula à Emenda 3, que flexibiliza a CLT. Já no dia 3 de julho, acontecerão manifestações nos aeroportos com a intenção de pressionar os parlamentares que estarão embarcando para o Distrito Federal.

Serão organizadas caravanas em todo o país, com previsão de chegada para a manhã de 4 de julho (quinta-feira) em Brasília, onde a concentração será na Esplanada dos Ministérios. ■

Eixos da mobilização do dia 4 de julho

Manutenção do veto do Presidente Lula, contra a emenda 3;

Mudanças na política econômica;

Pela retirada do PLP 01/2007;

Por uma Previdência Pública para todos e que amplie direitos;

Por Reforma Agrária e Incentivos à Agricultura Familiar;

Pela valorização da Educação.

SAIBA MAIS

PLP 01 – O Projeto de Lei Complementar Provisório (PLP) 01 é o instrumento do PAC que restringe o aumento dos investimentos no serviço público a 1,5% mais a inflação. Se for aprovado, vai inviabilizar nosso plano de carreira, o pagamento dos passivos, a abertura de novas varas e qualquer outra luta por aumento salarial. Os investimentos dos governo devem sair do que é pago de juros da dívida, não do bolso dos servidores.

A FAVOR DO VETO À EMENDA 3 – Há um movimento na mídia, bancado pelos grandes empresários e proposto pelas bancadas federais do Democratas (ex-PFL)/PSDB, para que se derrube o veto de Lula à emenda do projeto da Super-Receita. A emenda 3 tirava o poder do Ministério Público e dos fiscais do Trabalho de fiscalizar e multar as pequenas e médias empresas que descumprissem vários itens da CLT. Seria o início da flexibilização dos nossos direitos. Devemos pressionar os parlamentares para que mantenham o veto e os direitos dos trabalhadores.

PELO DIREITO DE GREVE – Existe também uma proposta do Ministério do Planejamento que inviabiliza a greve de funcionários públicos. Se a idéia passar, uma greve só poderá iniciar com dois terços dos votos da categoria em assembleia. No Rio, por exemplo, seria preciso 5 mil e 300 funcionários numa assembleia dos servidores das Justiças Federais. Na prática, essa regulamentação restritiva vai acabar com a viabilidade da greve e a possibilidade de pressionarmos por novos Planos de Carreira e aumento linear, por exemplo.

NÃO À PEC 02 – Mas não é só. Temos visto uma grande movimentação dos requisitados para que passe o projeto da PEC 02. O Sisejufe-RJ é intransigente na luta para cargos públicos sejam ocupados só por concursados e considera a PEC 02 um verdadeiro “trem da alegria”.

Do plano à prática

Marisa Mello*

Em agosto de 2007 será realizada a II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, cujo processo iniciou em março, com as conferências municipais. Serão discutidas a realidade brasileira, avaliadas as ações e políticas da Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM) e a participação das mulheres nos espaços de poder. Esta é uma iniciativa da SPM que envolve mulheres em todo o país. Seu principal resultado prático, até agora, foi a elaboração do Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPMM, cujo principal papel é o de orientar as políticas do governo nos próximos anos, apontando claramente para a garantia da transversalidade das políticas públicas no conjunto dos ministérios e empresas estatais.

Entre os principais obstáculos para a execução das políticas é a modéstia do orçamento da SPM e das demais áreas do governo que promovem políticas públicas específicas para as mulheres. Lamentavelmente, o orçamento da SPM coloca em risco as metas que compõem o PNPMM. Em 2006, foram cerca de R\$ 24 milhões o que representa apenas 0,56% da dotação global do orçamento da Presidência da República. Neste sentido, ao avaliarmos as ações e políticas da SPM, como propõe a pauta da II Conferência de Políticas para Mulheres, devemos apontar o primeiro (e principal) desafio a ser enfrentado: a consolidação da própria SPM - o que pressupõe um patamar qualitativamente diferente de destinação de recursos.

Devemos avançar também para pautar mais fortemente na sociedade brasileira o debate sobre o papel da mulher, suas obrigações, a naturalização das diferenças hoje existente, a menor inserção da mulher no espaço público, as diferenças de salário, a educação sexista, a livre orientação sexual e a necessidade de políticas que promovam a autonomia pessoal e econômica das mulheres.

Ainda como desafio central no processo da avaliação das ações da SPM é necessário desenvolvermos um olhar que leve em consideração a incidência real do conjunto das políticas governamentais na vida das milhões de mulheres brasileiras. A II Conferência precisa reafirmar o princípio norteador das ações afirmativas (tratar desigualmente os desiguais), reforçando a necessidade de políticas públicas, em todos os níveis, que atuem para promoção das mulheres e seus direitos.

Aborto e Estado laico

Também não é possível avançar na emancipação da mulher sem enfrentarmos o conservadorismo e o machismo. Assim, é desafio central

desta II Conferência retomar, com vigor, o debate sobre a descriminalização do aborto, destacando sempre o caráter laico do Estado (que garante a separação entre as políticas públicas e as questões de fé, privadas) e a necessidade de respeitar o direito das mulheres decidirem sobre o seu corpo e sua vida. Porque aqui, trata-se, sempre é bom lembrar, de salvar milhões de vidas, sobretudo de mulheres negras e pobres.

Abrir o debate sobre a ocupação dos espaços públicos por mulheres significa tocar em feridas, desmistificando a idéia de que já somos todos/as iguais. Temos que encontrar (e executar) mecanismos que permitam ao Brasil, em pouco tempo, reverter esse quadro de desigualdade, no qual as mulheres são minoria nos parlamentos, nos executivos, no judiciário, nas chefias das empresas, nos melhores postos dos serviços públicos. Esse quadro só será alterado quando conseguirmos transformar as (ainda esparsas) políticas governamentais em políticas de Estado – o que requer um órgão permanente nas estruturas de governo, apoiados num arcabouço jurídico e de legislação para que as políticas não sofram descontinuidade. E que essas políticas públicas não sejam atributo apenas do governo federal, mas que se articulem num verdadeiro “sistema”, em que todos os entes da federação destinem recursos materiais e humanos para enfrentar a desigualdade. ■

*Militante da Marcha Mundial das Mulheres no Rio de Janeiro, com formações de Angélica Fernandes.

Muito além da reforma agrária

foto: ANTÔNIO CRUZ/ABR

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou em Brasília, de 11 a 15 de junho, seu 5º Congresso com um público de 17.500 trabalhadores de 24 estados. O encontro teve o apoio de diversas entidades, como a CUT, a CNBB e a UNE. Participaram 181 convidados de 31 diferentes países. Algumas autoridades, como o governador da Bahia Jacques Wagner, o ministro da Educação Fernando Haddad e o ex-ministro das Cidades Olívio Dutra, marcaram presença no maior evento da história do movimento.

Ao fim do encontro, o MST produziu uma carta à sociedade brasileira em que propõe ações desde a criação de rádios comunitárias, melhora na educação no campo e luta contra aquecimento global até novas políticas de integração dos governos da América Latina e a discussão de um modelo econômico que substitua o neoliberalismo. O MST não deixou de registrar, no documento, sua preocupação com a demarcação de terras indígenas e quilombolas no Brasil e criticou a invasão norte-americana no Iraque. Ficou claro ao final do Congresso que o movimento, em seu vigésimo terceiro ano de história, amplia sua luta para além da agenda da reforma agrária.

Agronegócio não tem futuro

“A cidade também recebe os benefícios da agricultura, então é fundamental que façamos isso com a participação da sociedade urbana. Esse documento representa o nosso desejo de que o Brasil se torne um país igualitário e soberano”, afirma Fátima Ribeiro, uma das integrantes da coordenação nacional do MST.



Novo horizonte: sem-terras propõem agenda ampliada ao fim de seu 5º Congresso

“Nós não queremos ser os salvadores do mundo, mas é importante que a sociedade saiba e discuta que esse modelo (do agronegócio) está cada vez mais exaurindo os recursos naturais e devemos ter a preocupação com o futuro”, afirmou outro integrante da coordenação nacional, Gilmar Mauro, em entrevista após ler a carta no Ginásio Nilson Nelson, em Brasília.

Para que a aproximação com a cidade se concretize, o MST também aposta em manifestações em conjun-

to com outros movimentos sociais, como as que ocorreram no dia 23 de maio. Nesses protestos, a pauta de reivindicações também ia muito além da reforma agrária. Alianças com governos estaduais e com parlamentares, dentro do Congresso Nacional, também são táticas que o MST pretende explorar. ■

*Da Redação, com informações da Agência Brasil.

Che, militante da Justiça

Frei Betto*

Neste ano, comemoram-se 40 anos da morte de Ernesto Che Guevara nas selvas da Bolívia. Nasido em Rosário, Argentina, a 14 de junho de 1928, foi capturado e assassinado, a 8 de outubro de 1967, aos 39 anos de idade.

Filho de um renomado arquiteto, Guevara, ainda adolescente, percorreu 4,7 mil km de estradas argentinas em sua bicicleta e, mais tarde, viajou por quase toda a América Latina em companhia de seu amigo Alberto Granados, quando conheceu a miséria do continente. Esta fase está magnificamente documentada por Walter Salles no filme "Diários de motocicleta" (2004).

Formado em medicina, em 1953 Che foi para a Venezuela, onde se dedicou à pesquisa da cura da hanseníase. Em dezembro do mesmo ano transferiu-se para a Guatemala. Ali, o governo progressista de Jacobo Arbenz implantava a reforma agrária, à qual ele se integrou. No ano seguinte, um golpe militar patrocinado pelos EUA derrubou o presidente Arbenz e obrigou Guevara a se mudar para o México, onde chegou a 21 de setembro de 1954.

Na Cidade do México, conheceu a peruana Hilda Gadea Acosta, com quem se casou e teve uma filha, Hildita. Para sobre-

viver no México, Che trabalhou de fotógrafo ambulante e vendedor de livros. Através de concurso, ingressou num hospital como médico de doenças alérgicas, onde conheceu o paciente Raúl Castro.

Utopia revolucionária

Em meados de 1955, Raúl convidou-o ao apartamento de Maria Antonia Figueroa, onde os exilados cubanos se reuniam, e apresentou-o a seu irmão, Fidel. Ali se tramava a expedição do iate "Granma", que levaria à Cuba os guerrilheiros decididos a libertá-la da ditadura de Batista. Após desembarcar em Cuba em dezembro de 1956, Che ingressou como médico na guerrilha de Sierra Maestra, da qual se tornou Comandante. Vitoriosa a Revolução, a 1º de janeiro de 1959, exerceu importantes funções no Governo Revolucionário. Em Havana, casou-se com Aleida March, com quem teve quatro filhos.

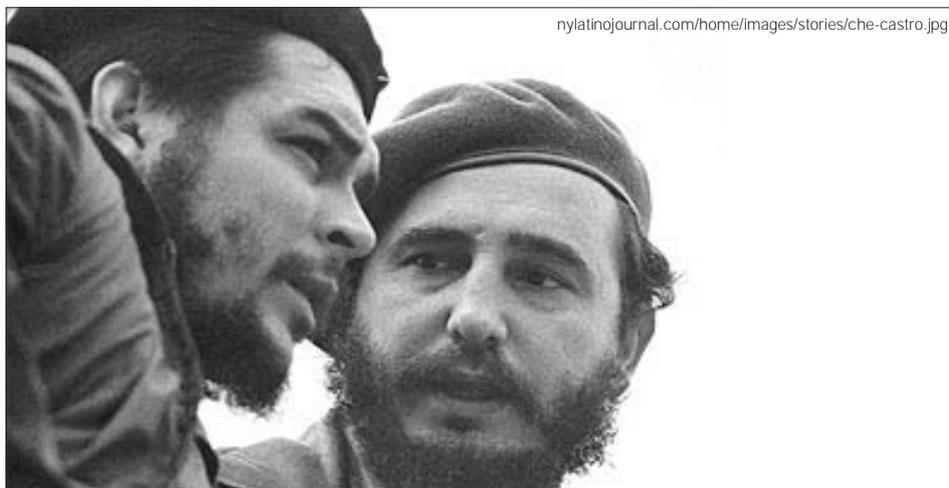
Em 1961, foi condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul, em Brasília, pelo presidente Jânio Quadros. Cinco anos depois abandonou Cuba para lutar no Congo Belga. Ali permaneceu até março de 1966. Após passar por Praga, Frankfurt, São Paulo e Mato Grosso do Sul, disfarçado de executivo da OEA e sob o nome de Adolfo Mena, ingressou na Bolívia em novembro de 1966, disposto a acender o estopim que liberta-

ria toda a América do Sul.

O que marca a vida de Che é a utopia revolucionária. Em 1952, aos 24 anos, ao percorrer o Chile, a 12 de março chegou ao povoado de Baquedano, rumo às minas de cobre de Chuquicamata. Convidado a hospedar-se em casa de um casal de mineiros, impressionou-se com o que viu e ouviu: à luz de velas, o jovem trabalhador narrou-lhe os três meses que passara na prisão junto com sua mulher; a solidariedade dos vizinhos que acolheram os filhos; os com-

partimentos misteriosamente desaparecidos e os quais se dizia terem sido atirados ao mar... À hora de deitar-se, Guevara percebeu que o casal não tinha manta para cobrir-se do frio. Cedeu a que trazia consigo e, mais tarde, recordaria que, naquela noite, malgrado seu corpo enregelado, sentiu-se irmão de todos os oprimidos do mundo.

Em junho, chegou ao Peru, em companhia de seu amigo Alberto Granado. No dia 7, foram ao leprosário de San Pablo, junto aos rios Yaveri e Ucayali.



Guerrilheiros: Che e Fidel comandaram os rebeldes que depuseram Batista



Ternura: médico, fotógrafo, poeta



Fidel: "Che teve virtudes para ser santo"

Quando Fidel e Che se conheceram na Cidade do México, o líder do Movimento 26 de Julho iniciava seu exílio após sair da prisão em Cuba, em decorrência do fracasso do assalto ao Quartel Moncada, em Santiago de Cuba. A conversa entre os dois mudaria para sempre o rumo da vida do jovem argentino, pois os guerrilheiros cubanos andavam à procura de um médico que pudesse acompanhá-los à Sierra Maestra.

Em plena onda neoliberal que assolava o planeta, a figura de Guevara emerge como alento de esperança e exemplo a todos que, como ele, acreditam que – como escreveu à sua filha Hilda, ao despedir-se de Cuba – enquanto houver uma só pessoa faminta, oprimida, excluída, é preciso seguir lutando.

Se a atual conjuntura exige outras formas de luta diferentes das adotadas por Che, é inegável que a causa de sua opção revolucionária – a clamorosa miséria da população da América Latina – infelizmente segue aumentando. Daí o imperativo ético que se impõe àqueles que priorizam em sua vida uma radical entrega à construção de um futuro onde todos possam partilhar, como irmãos, "os bens da Terra e os frutos do trabalho humano", como rezam os cristãos na eucaristia.

Com muita razão disse-me Fidel em maio de 1985, "se Che fosse católico e pertencesse à Igreja, teria todas as virtudes para que se fizesse dele um santo." Suas virtudes e a força moral de seu exemplo justificam a veneração que em todo o mundo se nutre por ele. Só um homem de muita grandeza moral seria capaz de escrever isto: "Deixe-me dizê-lo, sob o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor. É impossível imaginar um autêntico revolucionário sem esta qualidade. (...) É preciso lutar todos os dias para que esse amor à humanidade existente se transforme em fatos concretos, em atos que sirvam de exemplo e mobilizem" (Che, "El Socialismo y el hombre en Cuba", Editora Política, La Habana, 1988). ■

Em plena onda neoliberal que assola o planeta, a figura de Guevara emerge como alento de esperança e exemplo

marxists.org/archive/guevara/1961/misc/x001.jpg



Em Cuba: proximidade com o povo

Ficaram desolados ao ver que ali viviam famílias de enfermos sem roupa, alimentos e remédios. Trataram delas com os poucos recursos de que dispunham e, à hora de partir, foram surpreendidos com um show organizado pelos próprios hansenianos, que cantaram ao som da música de violões, flautas, saxofone e bandoleón.



No Brasil: condecorado por Jânio

*Escritor.

Verdades omitidas pela mídia sobre a RCTV

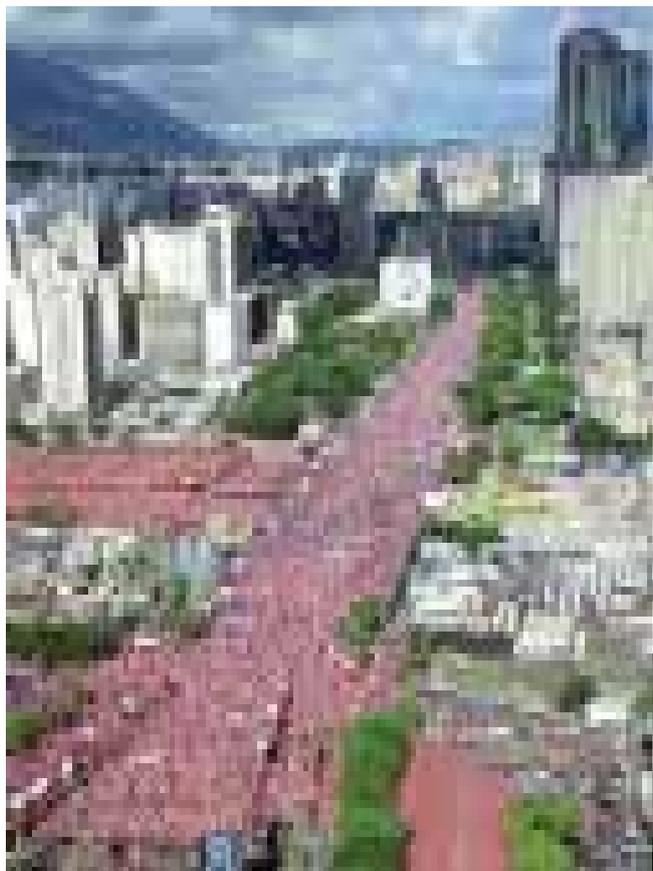
Mário Augusto Jakobskind*

Como já era de se esperar, a mídia conservadora e os políticos da mesma linha ideológica sancionaram a decisão tomada pelo governo venezuelano de não renovar a concessão da Rádio Caracas Televisão (RCTV). O presidente Hugo Chávez, a quem o conservadorismo nutre ódio como há muito não se via em relação a um dirigente latino-americano, já havia anunciado, no final do ano passado, que a concessão não seria renovada.

O noticiário em torno da questão tem sido totalmente deturpado. O governo bolivariano não fechou a RCTV, que pode continuar operando como TV a cabo ou por satélite, mas simplesmente não renovou a concessão do canal, fato absolutamente normal, já que o espectro rádio-eletrônico é um bem público e não privado.

O brasileiro não foi informado sobre episódios da mesma natureza ocorridos em outros países. Recentemente, o escritor britânico Tariq Ali assinalou que na gestão da então primeira-ministra Margaret Thatcher não foram renovadas concessões de canais de TV e ninguém se escandalizou por isso. Na Espanha, segundo o jornalista espanhol Pascual Serrano (www.pascualserrano.net), o governo decidiu não outorgar a concessão de canal aberto a Onda Cero, liderado pelo empresário Luis del Olmo. O mundo também não veio abaixo por causa disso, nem o governo espanhol, na ocasião, foi considerado autoritário.

O jornal espanhol Diagonal contabilizou 236 fechamentos, revogações e não renovações de canais de rádio e televisão em 21 países do mundo, inclusive Estados Unidos e da União Européia. O mundo não se indignou por causa disso.



Caracas: milhares vão às ruas apoiar Chávez e contra a RCTV

SIP silenciou durante o golpe

A mídia conservadora preferiu seguir as recomendações da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), a mesma entidade que por ocasião da tentativa de golpe contra Chávez em abril de 2002 silenciou totalmente quando durante 47 horas a direita impediu a transmissão de estações de TV e rádio que não apoiavam o golpe liderado pelo empresário Pedro Carmona.

No mundo político, o senador José Sarney, um dos big-shots da mídia no Maranhão, onde representa a Rede Globo e que construiu um verdadeiro monopólio da imprensa naquele estado com polpudas verbas públicas, fez duras críticas ao governo Chávez, acusando-o de atentar contra a liberdade de expressão. Este político que já presidiu o Brasil por cinco anos e os colunistas de sempre, que confundem liberdade de expressão com

liberdade de empresa, omitiram a informação de que 79 dos 81 canais de televisão em toda a Venezuela pertencem à iniciativa privada e ainda que 706 das 709 emissoras de rádio são de propriedade privadas, o mesmo acontecendo com as 118 publicações impressas.

O proprietário da RCTV, Marcel Granier, que hoje posa de coitadinho, foi o mesmo que em abril de 2002 ordenou aos jornalistas que silenciassem em relação a Chávez e integrantes do seu governo, segundo revelou o então diretor de produção da emissora, Andrés Izarra, que

se demitiu do cargo por discordar do apoio da RCTV ao golpe.

A mídia conservadora preferiu também não lembrar que a RCTV já tinha sofrido sanções em 1976, quando foi tirada do ar por três dias, por veicular notícias falsas, que em 1980 ficou 36 horas fora do ar por causa de sua programação sensacionalista. Em 1981, foram 24 horas de penalidade por exibir cenas pornográficas em horário inadequado, em 1989, mais 24 horas fora do ar por ferir a lei ao veicular publicidade de cigarro e em 1991, teve um de seus programas humorísticos tirados do ar pela Corte Suprema por ridicularizar as pessoas.

A mídia conservadora latino-americana, portanto, preferiu apoiar mais uma tentativa de desestabilizar um governo democrático eleito pelo povo a informar sem manipulação. ■

*Jornalista

Moore mostra a doença norteamericana

O novo documentário do diretor Michael Moore (*Tiros em Columbine*) estreia em 29 de junho nos Estados Unidos, mas já pode ser baixado pela Internet. De acordo com a produtora The Weinstein Company, o diretor não se importa com a pirataria, desde que não se obtenha lucro com ela. O filme batizado de *SICKO* (Doente) foi lançado em 19 de maio no 60º Festival de Cannes, na França, fora de concurso e Moore foi ovacionado. Ganhador da Palma de Ouro em 2004 por *Fahrenheit 9/11*, Moore não concorreu para não parecer “um típico americano ganancioso que só busca outro troféu”.

O documentarista recebeu uma carta do governo americano, que o investiga por ter violado o embargo americano a Cuba (em vigor desde 1962), ao filmar cenas de *SICKO* na ilha socialista comandada por Fidel Castro. Precavido, enviou uma cópia do filme para o Canadá, caso as autoridades americanas resolvessem confiscar a obra. Durante as filmagens, Moore descobriu que o sistema público americano de saúde foi desmantelado no governo republicano de Richard Nixon. Hilary Clinton tentou ressuscitá-lo no governo de seu marido, Bill Clinton, mas os congressistas e associações de classe uniram-se contra o que definiam como um projeto de socialização da saúde nos EUA. Armado de sua câmera, Moore recolhe



histórias de pessoas que perderam parentes porque o sistema privado instalado na América volta-se para o lucro. Quanto menos atendimento os segurados tiverem, melhor para as empresas. Fundou-se, como consequência, uma cultura de dizer não às necessidades dos associados.

Não em Guantánamo, sim em Havana

Moore vai ao Canadá, à Inglaterra e a França para mostrar como nestes países, onde o sistema de saúde

é gratuito, não apenas as pessoas são bem (muito bem) atendidas como a expectativa de vida da população é maior. Um bebê nascido em El Salvador tem mais chance de sobreviver do que outro nascido em Chicago. Moore cita pesquisas da Organização Mundial de Saúde.

A parte talvez mais polêmica de *Sicko* refere-se aos bombeiros e profissionais da saúde que trabalharam nos resgates do 11 de Setembro e que contraíram doenças pulmonares pelos vários dias e semanas que ficaram aspirando pó e fumaça nos destroços do World Trade Center. Nenhum deles consegue ser atendido nos EUA. Moore descobre que, na base de Guantánamo, onde o governo Bush detém suspeitos de atividades terroristas, os homens da Al-Qaeda dispõem de melhores condições de atendimento que os cidadãos americanos. Ele freta um barco e tenta levá-los para Guantánamo, que é uma base militar norteamericana encravada em Cuba. A entrada na base é negada e Moore ruma, então, para Havana, onde os americanos encontram, nos hospitais públicos de Fidel Castro, o atendimento que lhes é negado nos EUA. ■

*Da Redação, com informações de Luiz Carlos Merten (AE) e Terra.



Beirute – Dezembro de 1981. Querida Cássia, sinto muito a tua falta. Somente escombros à minha volta. Estou no Hotel Beau Rivage na parte Oeste da cidade que já não lembra a Paris do Oriente. Além das bombas israelenses o país vive em estado de guerra interna: falangistas fascistas contra refugiados palestinos, comunistas libaneses contra shiitas libaneses e mais tropas do exército sírio. Logo na primeira noite – de puro medo – arrastei para a cama um tenente das forças da ONU que ficaram entre os palestinos e os israelenses no sul do Líbano. Geralmente, são os primeiros a morrer. O tenente, por sinal da Noruega, era uma gracinha. Tinha vinte e cinco anos e contou-me uma porção de histórias. Você não sabe como é boa a sensação de tirar as botas de um tenente norueguês.

Principalmente quando ele é uma ela, chama-se Anne Grethe e tem seios lindos e tudo mais que uma mocinha deve ter. É que as forças da ONU tem mulheres, menina. Não estaria te contando isso se não houvesse sabido hoje de manhã que ela morreu durante um bombardeio. Isso não faz sentido para mim. Outra coisa que não consigo entender: por que as frutas e legumes extraídas de um terreno que vem sendo plantado há mais de três mil anos têm gosto de frutas e legumes e as que comemos no Brasil tem gosto de uma mistura de farinha, açúcar e cocô. Há alguns dias fomos visitar um campo de treinamento militar para jovens: desde crianças de dez até adolescentes de 18 anos. Perguntei a um menino de 12 anos que carregava uma metralhadora quase maior do que ele:

– Por que é que você está treinando?

– Para estar preparado na hora em que entrar novamente em meu país.

– Onde você nasceu?

– No Líbano – disse ele enquanto limpava um pouco de barro seco do rosto.

– E qual é o teu país?

– A Palestina, é claro.

– Onde estão os teus pais?

– Morreram na guerra mas eu tenho uma família muito grande.

– Que família?

– Esta – e apontou para as dezenas de meninos e meninas que nos cercavam.

Mais tarde falei com Salah Tamuri, um homem de seus quarenta anos, chefe do acampamento. Perguntei-lhe se não era um absurdo deixar crianças usarem metralhadoras. E ele:



- Assim como os pais de crianças que moram à beira de um rio caudaloso as ensinam a nadar até mesmo antes que aprendam a andar. Estamos em guerra e as crianças precisam aprender a se defender.

(...)

- E o que vocês ensinam a essas crianças? – perguntei.

- Que quando a Inglaterra criou o problema palestino como nos chamavam em 1917, mais de 90% da população era palestina e que naquela época não havia mais do que 56 mil judeus na região. E ainda assim, a maioria deles havia emigrado para escapar da perseguição na Europa. Ensinamos que naquela época apenas 5% da população palestina era composta de judeus que haviam nascido lá. Tínhamos 97% das terras e eles apenas 3%. E apesar disso, a

ONU recomendou que um Estado judeu fosse estabelecido na Palestina e lhes garantiu um total de 54% das terras e eles logo depois ocuparam 80%. Enfim, ensinamos a verdade a essas crianças, caso contrário jamais poderíamos contar com eles para a revolução uma vez que não vivem no seu país, estão sempre em contato com crianças libanesas e jornais de várias tendências.

(...)

Falou-me que viajava muito pelo Leste Europeu e pela Ásia; que recentemente estivera com Ho Chi Min. Perguntei-lhe como viajava uma vez que não tem, pelo menos oficialmente, uma pátria. E ele:

- O governo do Líbano nos hospeda, mas hospeda também vários inimigos da nossa causa. Recentemente viajamos para um país que não convém

citar, eu e mais quatro companheiros. Os quatro que tinham passaporte libanês legal, foram presos. Eu que tinha um passaporte falsificado, escapei ileso. Os passaportes deles tinham uma numeração especial indicando que eram guerrilheiros palestinos.

Meu bem, estou muito cansado. Espero que você esteja feliz aí em nosso país onde morre mais gente de fome do que de bala como acontece por aqui. Retomarei esta carta amanhã à noite depois de ter visitado um campo de refugiados palestinos de Alen Al Helut, a leste de Beirute. É o maior do país e tem cerca de 50 mil pessoas. Um beijo e boa noite, teu Gê. ■

Do romance inédito Olympia, a ser publicado em agosto pela Editora Leitura.

A nova tendência é trocar as bolas



★ Com alguns meses de segregação sexual no horário do *rush* nos trens e metrô do Rio, em função da lei ilegal do deputado Picciani – aquele acusado de manter em condições de escravos os trabalhadores de suas terras e por ter mandado expulsar e surrar manifestantes na Assembléia Legislativa para “manter a democracia” –, minha amiga feminista Rosa Lilás envia algumas questões:

– Fulgêncio, quer dizer que se o vagão para mulheres é para os homens não sarrarem as mulheres, nos outros vagões o sarro está liberado? E se uma lésbica estiver me sarrando, o que eu faço? Vai ser criado um vagão só para homossexuais também? Outro só para idosos? Outro só para gestantes?

★ Numa discussão acalorada sobre a questão da guarda dos filhos após o divórcio, minha amiga Radicália Sectária, militante do PSSS (Partido da Seita Socialista Sectária), propôs a divisão da guarda dos filhos entre os casais. Foi objetado que as próprias mulheres

não desejavam esta divisão. Em geral, a mulher prefere ficar com os filhos do casal, inclusive se falou sobre o instinto materno, no que ela rematou triunfal: – O instinto materno é uma invenção burguesa.

Freud está se revirando no túmulo...

★ Durante uma aula em determinada faculdade particular, numa classe de literatura brasileira, a professora, que é mestre e doutoranda, considerada pelos alunos bestial, quando na verdade não passa de uma besta, saiu-se com essa:

– Os Irmãos Karamazov foram famosos escritores russos que, dentre outras obras, escreveram *Ana Karenina* e *Guerra e Paz*...

Fiódor Dostoiévski e Leon Tolstói

queriam levantar do túmulo e enfiar porrada na docente.

Mas não bastou:

– Getúlio Vargas foi um grande mecenas da cultura nacional, tanto que Graciliano Ramos e Jorge Amado foram seus ministros...

Pronto, outros dois se revirando no túmulo. Detalhe: a turma anotou e aprendeu tudo, direitinho.

★ Esta é relatada pelo Vito Giannotti, valoroso combatente, jornalista e militante do Núcleo de Comunicação Piratininga.

Diretoria recém-empossada do Sindicato dos Bancários, com vários companheiros novos e sem filiação partidária. Para quem não sabe, no movimento sindical chamam-se tendências as várias divisões políticas internas, como Articulação, DS, Trabalho, CSC, MTL, etc. Reunião no Centro do Rio de Janeiro e um dos diretores, sem filiação partidária, morava em Nova Friburgo. Finda a reunião, tarde da noite, o companheiro é levado, serra acima, com chuva e neblina, numa Kombi a 20 km/h. Frio intenso, tudo fechado, vidros embaçados, o motorista vira para o diretor recém-empossado e pergunta, baixinho, quase sussurrando:

– O companheiro tem alguma tendência?

Por via das dúvidas, o diretor saltou da Kombi e subiu a serra a pé...

*Fulgêncio é alcoólotra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil para fazer. Depois de consulta com numeróloga, resolveu mudar o sobrenome de Pena Branca para Pedra Branca.

**Temos
o curso certo
para
Você**

Promoção
Você vale mais!



Isenção de matrícula e
55% de desconto durante toda a curso
para servidores da justiça federal
e seus dependentes.

ASW IDIOMAS

**Méier Madureira
Centro Brás de Pina**

**Central de Atendimento
3904-0369**

www.aswidomas.com

**Mais
Idiomas**

**Inglês Espanhol Francês Árabe
Italiano Japonês Alemão Hebraico**

- Cursos Regulares, Semi-intensivos e Intensivos
- Aulas Individuais ou em pequenos grupos
- Aulas também em empresas ou residências

**Mais
opções**

**Mais
preparatórios**

**PREZINHO
PRE-MILITAR/CAPs
(Português e Matemática)**

**P-R-E
PROGRAMA DE REFORÇO ESCOLAR
(Matemática - Física - Química)**



**Aqui
Você
aprende
Mais**

SEGURO

Até **30%** de desconto
no convênio com o SISEJUFÉ

**Trabalhamos com diversas
seguradoras.**

Rua: Anfilóbio de Carvalho, 29 / 7º andar -Centro - RJ
Tel.: 3974-3131 Fax.: 2524-4961
e-mail: assure@assure.com.br
www.assure.com.br

AUTO

0800 21 2468

Passa cópia de sua apólice
via e-mail ou fax, com seu nº de
telefone e ganhe um
lindo presente da Assurê.

SISEJUFÉ
SISTEMA DE SEGURANÇA JURÍDICA


ASSURÉ
Corretora de Seguros
40 anos

Seu Imóvel

Usando seu FGTS



Consulte-nos também para consórcios de automóveis, caminhões e motos.

*Sem comprovação de renda, sem avalista.
Aproveite o novo convênio do Sisejufe-RJ !*

TOILER Representações

Representante autorizado:

RODOBENS
CONSÓRCIO

Rua Hilário de Gouveia, 66 - Sala 609
Copacabana - Rio de Janeiro
Tel.: 2235-4737 - Tel/Fax: 2235-2052
E-mail: toiler_@hotmail.com